

## A EDUCAÇÃO FÍSICA NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC): INTERPRETAÇÕES DE UM GRUPO DE PROFESSORAS DA ESCOLA PÚBLICA<sup>1</sup>

Camilla Maria Mello Toledo,

Secretaria Municipal de Educação de Anchieta - ES (SEME)

Ana Carolina Capellini Rigoni,

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

### RESUMO

*Em dezembro de 2017, a terceira versão da BNCC foi aprovada. Esse processo de formação e implementação da BNCC produziu formas bastante variadas de interpretação e “tradução” desse documento por parte dos professores. Nesse sentido, o objetivo principal dessa pesquisa foi compreender o modo como nós, professoras de Educação Física entendíamos a BNCC no momento de sua implementação e analisar como essas interpretações do documento se modificaram ao longo de nosso processo de estudos conjuntos.*

**PALAVRAS-CHAVE:** BNCC 1; Educação Física 2; Currículo 3.

### INTRODUÇÃO

É comum que os conhecimentos e as experiências docentes esbarrem em documentos e diretrizes curriculares que chegam até a escola com o intuito de subsidiar as práticas pedagógicas. São eles que respaldam a organização dos currículos e planejamentos. Dentre os documentos que respaldam o trabalho docente, a BNCC tem sido alvo de intensos debates entre professores e pesquisadores, desde o processo inicial de sua elaboração. É por sua importância política e por seus desdobramentos nas práticas docentes e cotidianos escolares, que a BNCC é o objeto de estudo deste artigo, que é uma síntese da dissertação de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (ProEF/UFES), intitulada: “A Educação Física na Base Nacional Comum Curricular: interpretações de um grupo de professoras da escola pública”.

O início do processo de construção da BNCC foi previsto na Constituição de 1988, mas foi somente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, que sinalizou a formulação de uma Base comum para a educação. O objetivo era a construção de um

<sup>1</sup> O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

documento que pudesse ser tomado como eixo norteador para a elaboração de propostas pedagógicas e curriculares, estabelecendo diretrizes comuns a todos os estudantes da educação básica brasileira. O que, para nós, seria um desafio, na medida em que se trata de um país com grande diversidade cultural e regional.

Além disso, é no bojo da configuração de um novo Estado que surge a BNCC, uma vez que seu processo é atravessado por um momento de inflexão na política brasileira que culminou com o golpe jurídico-parlamentar em 2016. Para Freitas (2018), esse novo Estado, afeito ao neoliberalismo, pensa a educação com base na lógica do livre mercado e na concorrência.

É importante ressaltar que a versão final desse documento não foi aprovada de forma unânime pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Segundo Dourado e Siqueira (2019), o processo foi conduzido de forma coercitiva e aligeirada frente a um CNE que parece ter abdicado de seu papel de órgão de Estado e renunciado à autonomia que lhe é concedida pela legislação. Sendo assim, de forma autoritária, o documento foi homologado e teve início sua implementação nas escolas de todo o país.

As reflexões que delinearão o problema desta pesquisa tiveram início justamente com a implementação da BNCC através do processo de formação continuada ao qual todos os professores da Rede Municipal de Anchieta (ES) foram submetidos. A exigência de termos que construir nosso currículo, depois de apenas dois encontros, sem termos estudado suficientemente o documento, pareceu-nos bastante precipitada. Nos questionávamos se seria possível e adequado, em tão pouco tempo, refletir criticamente sobre um documento que iria nortear os nossos currículos e nossas práticas docentes.

Partimos do pressuposto, no entanto, de que, mesmo sendo extremamente importantes, esses documentos não são capazes de assegurar, por si só, práticas docentes críticas e inovadoras, pois eles não se sobrepõem à autonomia do professor, que é quem interpreta, reconstrói, realiza conteúdos e conhecimentos previstos em currículos educacionais. Sabemos que o professor pode se esforçar para usar o documento como base de suas intervenções, mas pode, também, consciente ou inconscientemente, ignorá-lo.

Tendo isso em vista o objetivo da pesquisa foi, a partir de estudos conjuntos sobre a BNCC, entender o modo como nós, professoras de Educação Física (EF) da Escola Municipal Amarilis Fernandes Garcia, compreendíamos a BNCC no momento de sua implementação,

via Secretaria Municipal de Educação. Buscamos, também, analisar se e como essas interpretações (traduções) do documento se modificaram ao longo de nosso processo de estudos conjuntos. Esta pesquisa possui bases metodológicas de caráter qualitativo, sendo desenvolvida em pressupostos da Pesquisa-Ação. Suas principais interlocutoras foram Bianca e Isabela<sup>2</sup>, professoras que compõem, junto com uma das autoras do artigo, a equipe de EF da dessa escola.

Para as análises, inspiramo-nos nos modelos de narrativas docentes. Como explica Suarez (2006), as narrativas de experiências pedagógicas dos professores possuem um enorme potencial, uma vez que são formadas pelas histórias que nos ensinam a interpretar o mundo da escola do ponto de vista de seus protagonistas. Depois das entrevistas demos início aos estudos coletivos sobre a BNCC. Realizamos 3 encontros com as professoras Isabela e Bianca, nos quais estudamos e discutimos 3 textos de diferentes autores sobre a Base: 1º. “A arte do disfarce: BNCC como gestão e regulação do currículo”, artigo escrito por Luiz Fernando Dourado e Romilson Martins Siqueira (2019), 2º. “A versão final da Base Nacional Comum Curricular da Educação Física (Ensino Fundamental): menos virtudes, os mesmos defeitos”, autor Mauro Betti (2018), e 3º. “Incoerências e inconsistências da BNCC de Educação Física”, por Marcos Garcia Neira (2018).

Seria um equívoco afirmar uma total neutralidade no processo de construção desta pesquisa, uma vez que assumimos a posição não só de pesquisadora como de interlocutora, que integra o mesmo contexto de pesquisa. Dessa forma, temos consciência, por exemplo, que a escolha dos textos para os encontros de estudo não foi neutra, mas conduziu as discussões e reflexões de acordo com determinada visão de mundo, de escola e de EF.

## ANÁLISES ENVOLVENDO A IMPLEMENTAÇÃO E O ESTUDO DA BNCC

Os documentos educacionais não nascem no interior das instituições escolares. Há, portanto, uma lacuna imprevisível, compreendida entre as intenções dos documentos prescritos e a forma como eles são vivenciados na escola. No entanto, se os professores não estiverem convencidos pelos próprios currículos, as mudanças podem não afetar as suas práticas. Entendendo a importância desse percurso, procuramos saber a opinião das

---

<sup>2</sup> Os nomes utilizados são fictícios. Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética com o protocolo n. 3.378.509.

professoras Bianca e Isabela sobre a formação continuada ofertada em nossa rede, com intenção de apresentar e implementar a BNCC.

Bianca e Isabela deixam clara a superficialidade com que a Secretaria (Seme) conduziu o processo de implementação da Base. Ao utilizar o termo “imposto”, Isabela evidencia sua percepção sobre a forma antidemocrática como se deu a construção desse “novo” currículo. Ao afirmar, ainda, que o município “queimou etapas” e que a apresentação da Base foi “jogada” ela chama a atenção para a maneira aligeirada e “atropelada” da construção dessa nova proposta curricular, que produziu um currículo “utópico”, não condizente com o contexto escolar vivido, nem com seus sujeitos.

As opiniões das professoras nos levaram a refletir sobre a discussão travada por Freitas (2018) sobre a padronização do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional. Assim como a BNCC, as propostas educacionais criadas a partir dela não geram campos neutros, desinteressados e imparciais.

Bianca aponta aspectos positivos na inclusão da EF, como Cultura Corporal de Movimento, na área de Linguagem, pois haveria possibilidade da “[...] compreensão de um conhecimento sem fragmentação”. Entretanto, é preciso mencionar que, ainda que a relação entre a EF e a área de Linguagem estivesse clara no documento, este não garantiria, por si só, os motivos geradores de sentido, pois eles dependem da formação e da visão de área dos professores.

Nesse sentido, concordamos que a discussão crítica, envolvendo a dimensão cultural, libertaria a EF dos chamados “[...] elementos da ordem, a subjetividade, o indivíduo e a história, para permitir sua transformação em elementos de desordem, a intersubjetividade, a individualidade e a historicidade” (DAOLIO, 2004, p. 41). Isso quer dizer que o corpo não deve mais ser entendido unicamente a partir de sua dimensão biológica e nem o gesto apenas a partir de uma dimensão técnica, mas, ambos, a partir de suas dimensões simbólicas.

Assim como Betti (2018), ambas as professoras também percebem o “empobrecimento” da BNCC-EF ao não tratar, de forma clara e direta, de temas que emergem da sociedade e são reproduzidos nas práticas corporais vivenciadas pelos estudantes. Isabela é enfática ao dizer que foi um “erro”. Pressupor que o professor vai, por conta própria, tratar desses temas delicados e importantes é uma falácia ou, como comenta Bianca, deixar esses temas à mercê de cada professor não garante seu trato pedagógico. Diante disso, Bianca



percebe que os currículos continuam tradicionais baseados nos “poderes dominantes do Estado”, porém este documento pode ser moldado a partir das intenções docentes, sendo assim, “fica a critério do próprio professor trabalhar questões envolvendo gênero e inclusão”.

A fala de Bianca não só retoma a discussão já feita ao estudarmos o texto de Betti (2018), como, ao concordar com Neira (2018), denuncia que os currículos permanecem muito focados na tradição. Dessa forma, os interesses dos dominadores são perpetuados e os dos dominados, marginalizados. Isso pode acontecer diante de possíveis percepções da Base pelo viés do neotecnicismo, no qual são incorporados ideais da meritocracia, enfatiza-se a privatização das escolas e pretende-se retornar a “currículos tradicionais”. É também pautado nessas reflexões que Freitas (2018, p.105) questiona: “[...] quais os impactos dessas políticas para o profissional da educação”.

## CONCLUSÕES

Constatamos a forma aligeirada como a BNCC foi implementada em nosso município e compreendemos que as formações continuadas deveriam oferecer a chance aos professores de refletirem com calma sobre o documento, de discutirem as diversas análises de especialistas que escreveram sobre o tema e, sobretudo, de compartilharem suas experiências docentes.

Concluimos que não podemos lidar com a Base como um documento rígido e acabado, haja vista as ausências de determinados temas na base, que deveriam ser pilares na construção das “novas” propostas curriculares. Sendo assim, conhecimentos envolvendo as desigualdades já naturalizadas na sociedade devem ser incorporados aos currículos.

Em relação aos conteúdos da Base, percebemos alguns de seus limites e possibilidades. Uma das questões consideradas positivas pelas professoras é a clara influência da abordagem cultural, mais significativa nas duas primeiras versões, mas diminuída na versão final, na qual a ênfase recai sobre as Competências e Habilidades, deixando a Base mais procedimental. Questões como esta podem indicar um possível retrocesso, já que dão margem a uma perspectiva de EF tecnicista e excludente.

Consideramos positiva a relação da EF como a área de Linguagens, o que nos permite traçar relação entre os conteúdos e o mundo, agregando códigos e valores. A negligência com temas caros à área, como gênero, etnia, equidade social, entre outros, pode ser o reflexo da

ausência de uma argumentação melhor formulada sobre isso. Isso demonstra que, mesmo sendo um documento norteador, ele não garante a discussão de temas fundamentais à formação humana.

Sabemos que a educação é um ato social e político. Sendo assim, percebemos que, entre a prescrição (BNCC) e a realidade, há um caminho a percorrer e, nesse percurso, podemos exercer ações contra hegemônicas, inserindo, em nossos currículos e planejamentos, conhecimentos e temas não abordados na BNCC-EF. É nossa responsabilidade, como ser humano e como professoras, adequar os nossos currículos de modo que eles sejam capazes de garantir conhecimentos que superem o senso comum e emancipem seus sujeitos para a transformação da realidade.

Enfim, uma pesquisa nunca termina, apenas colocamos pontos finais (provisórios) até que venham novos enfrentamentos e novas reflexões. Finalizamos este resumo com as falas de nossas protagonistas, que representam as considerações finais desta pesquisa: “O conhecimento deve ser instrumento de luta e não de competição entre professores ou estudantes” (Bianca); “O currículo real quem faz somos nós, professoras” (Isabela).

## REFERÊNCIAS

BETTI, M. A versão final da Base Nacional Comum Curricular da Educação Física (ensino fundamental): menos virtudes, os mesmos defeitos. **Revista Brasileira de Educação Física Escolar**, São Paulo, v. 1, n. IV, p. 156-175, jul. 2018.

BRASIL. Portal MEC. **Base Nacional Comum Curricular**, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 13 abr. 2020.

DAOLIO, J. **Educação física e o conceito de cultura**. São Paulo: Autores Associados, 2004.

DOURADO, L. F.; SIQUEIRA, R. M. A arte do disfarce: BNCC como gestão e regulação do currículo. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Goiânia, v. 35, n. 2, p. 291-306, maio/ago. 2019.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

NEIRA, M. G. Incoerências e inconsistências da BNCC de educação física. **Revista Brasileira de Ciência do Esporte**, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 215-223, fev./maio 2018.



CONBRACE  
CONICE 2021  
DE 12/09 A 17/12

Educação Física e  
Ciências do Esporte  
no tempo presente:

Defender Vidas,  
Afirmar as Ciências

SUAREZ, D. H. Documentación narrativa de experiencias pedagógicas: una manera de indagar el mundo y la experiencia escolares. **Entre Maestr@s**: Revista para Maestr@s de Educación Básica, México, v. 5, n. 15, p. 73-87, 2006.

